



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LEOPOLDO EM 03.09.2014

Aos 03 dias do mês de setembro de 2014, compareceu à sede da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº0004537-18.2014.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Jarbas Marcelo Reinicke, pela Diretora de Secretaria Carmem Lígia Machado da Silva e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### **1 INFORMAÇÕES GERAIS**

Data da instalação da Vara do Trabalho: 06.12.2012

Data da última correição realizada: 23.07.2013

Jurisdição: Alto Feliz, Bom Princípio, Capela de Santana, Feliz, Linha Nova, Portão, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2013 a 03.09.2014**

### **2 ESTRUTURA FUNCIONAL**

#### **2.1 JUÍZES**

##### **2.1.1 Regime de Lotação**

Nos termos da Portaria nº 03/2014, da Corregedoria Regional deste TRT, a 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo pertence à 39ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 01 Juiz Substituto.

##### **2.1.2 Juizes Atuais**

Juiz	Situação	Período
Jarbas Marcelo Reinicke	<b>Juiz Titular</b>	Desde 06.12.2012
Sérgio Giacomini	<b>Juiz Substituto</b>	Desde 08.04.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 19.08.2014)



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Jarbas Marcelo Reinicke	Desde 06.12.2012	Juiz Titular	-
2	José Frederico Sanches Schulte	07.01 a 05.02.2013	Atuação por ocasião das férias do Juiz Titular	29 dias
3	Eduardo Batista Vargas	06.02.2013	Atuação por ocasião das férias do Juiz Titular	1 dia
4	Sérgio Giacomini	Desde 08.04.2013	Juiz Substituto lotado	-
5	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	13, 20 e 29.05.2014	Atuação como Juíza Auxiliar	3 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 19.08.2014)

### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

	Juiz	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Titular</b>	Jarbas Marcelo Reinicke	Férias	07.01 a 07.02.2013 03 a 16.06.213 23.10 a 21.11.2013 11.06 a 10.07.2014 28.07 a 11.08.2014	121 dias
<b>Substituto lotado</b>	Sérgio Giacomini	Férias	08.04 a 07.05.2013 23.09 a 22.10.2013 03 a 16.02.2014 22.04 a 21.05.2014	104 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 19.08.2014)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Carmem Lígia Machado da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	06.12.2012
2	Maria Elizabete Nunes Klusener	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	10.12.2012



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

*	Fernando Blos Sunara	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	08.04.2013
3	Marina Oliveira Tabosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	17.12.2012
4	Aline de Azevedo Schwindt Tonio	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	<b>10.12.2012</b>
5	Júlio César Marques De Lara	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	<b>15.04.2013</b>
6	Rafael Ferraz De Almeida Galeazzi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>06.12.2012</b>
7	Gisele Arnecke Roesch	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>10.12.2012</b>
8	Ana Cristina D´Azevedo Feijó	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>06.12.2012</b>
9	Camila da Gama Ettrich	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>06.12.2012</b>
10	Fernando Blos Sunara	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>08.04.2013</b>
11	Adair de Abreu Filho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>22.01.2014</b>
12	Isabella Maraschin Coutinho Severo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>11.02.2014</b>
13	Camila Heineck Fracaro	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>17.03.2014</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.08.2014)

\* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos em 2013	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1520 processos	1.501 a 2.000	<b>13 servidores</b>	13 a 14 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça



do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo está de acordo com o parâmetro previsto na referida norma.

Cumprе ressaltar, contudo, que o parâmetro adotado para verificar a padronização da estrutura de pessoal da Unidade foi o montante de processos distribuídos no ano de 2013, uma vez que sua implantação data de 06.12.2012, conforme já informado neste relatório.

### 2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Adair de Abreu Filho</b> <i>(desde 22.01.2014)</i>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Aline de Azevedo Schwindt Toniolo</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Ana Cristina D´Azevedo Feijó</b>	Curso ou Evento	1	<b>5</b>
	Doença em Pessoa da Família	4	
<b>Camila da Gama Ettrich</b>	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Camila Heineck Fracaro</b> <i>(desde 17.03.2014)</i>	-	-	-
<b>Carmem Lígia Machado da Silva</b>	Curso ou Evento	16	<b>40</b>
	Instrutoria Mediante Compensação	19	
	Doença em Pessoa da Família	2	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
	Atuação em regime de plantão	1	
<b>Fernando Blos Sunara</b> <i>(desde 08.04.2013)</i>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Gisele Arnecke Roesch</b>	Curso ou Evento	1	<b>63</b>
	Falecimento de Pessoa da Família	8	
	Doença em Pessoa da Família	42	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12	
<b>Isabella Maraschin Coutinho Severo</b> <i>(desde 11.02.2014)</i>	-	-	-
<b>Júlio César Marques de Lara</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Maria Elizabete Nunes Klusener</b>	Curso ou Evento	2	<b>2</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Marina Oliveira Tabosa</b>	Curso ou Evento	1	<b>9</b>
	Falecimento de Pessoa da Família	8	
<b>Rafael Ferraz De Almeida Galeazzi</b>	Curso ou Evento	3	<b>3</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.08.2014)

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Márcia Pacheco Rodrigues	06.12.2012	<b>10.03.2013</b>	3 meses e 5 dias	Lotação na 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre - Assistente (FC02)
2	Marina Bastos Vieira Mendith	06.12.2012	<b>31.03.2013</b>	3 meses e 26 dias	Lotação no Gab. Des. Beatriz Renck – Assistente de Gabinete (FC05)
3	Vanessa Barreto Farias	06.12.2012	<b>11.04.2013</b>	4 meses e 5 dias	Lotação no Gab. Des. Iris Lima de Moraes – Assistente de Gabinete (FC05)
4	Cristiane Estela Santos Martins	06.12.2012	<b>26.01.2014</b>	1 ano, 1 mês e 21 dias	Retorno à origem – TRT 23ª Região
5	Kelly Vesoloski da Silva	10.04.2013	<b>26.01.2014</b>	9 meses e 17 dias	Lotação na 5ª Vara do Trabalho de Canoas – Secretário de Audiência (FC03)
6	Thuanny Fallavena Machado	10.04.2013	<b>16.03.2014</b>	11 meses e 7 dias	Lotação na 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre - Assistente (FC02)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.08.2014)

## 2.2.5 Estagiárias

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	<b>Gabrielle Xavier Figueiredo</b>	Superior em Direito	19.08.2014 a 18.02.2015
2	<b>Luana Luísa Hunning</b>	Superior em Direito	02.05.2014 a 01.11.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.08.2014)



## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Jarbas Marcelo Reinicke	-	-	80	<b>80</b>
Sérgio Giacomini	-	-	15	<b>15</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.08.2014)

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Adair de Abreu Filho	30	8	125	<b>163</b>
Aline de Azevedo Schwindt Toniolo	-	6	70	<b>76</b>
Ana Cristina D´Azevedo Feijó	30	34	52	<b>116</b>
Camila da Gama Ettrich	30	-	45	<b>75</b>
Camila Heineck Fracaro	-	46	36	<b>82</b>
Carmem Lígia Machado da Silva*	-	59	30	<b>89</b>
Fernando Blos Sunara	-	-	12	<b>12</b>
Gisele Arnecke Roesch	-	34	50	<b>84</b>
Isabella Maraschin Coutinho Severo	-	-	20	<b>20</b>
Júlio César Marques de Lara	20	14	87,5	<b>121,5</b>
Maria Elizabete Nunes Klusener	-	26	538,6	<b>564,6</b>
Marina Oliveira Tabosa	-	8	-	<b>8</b>
Rafael Ferraz De Almeida Galeazzi	-	8	49	<b>57</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em (19.08.2014)

\* Gestora da Unidade Judiciária.



### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.032	1.072	3,88%	1.165	8,68%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	109	172	57,80%	180	4,65%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	627	641	2,23%	679	5,93%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	68	301	342,65%	113	-62,46%
<b>Total</b>	<b>1.836</b>	<b>2.186</b>	<b>19,06%</b>	<b>2.137</b>	<b>-2,24%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

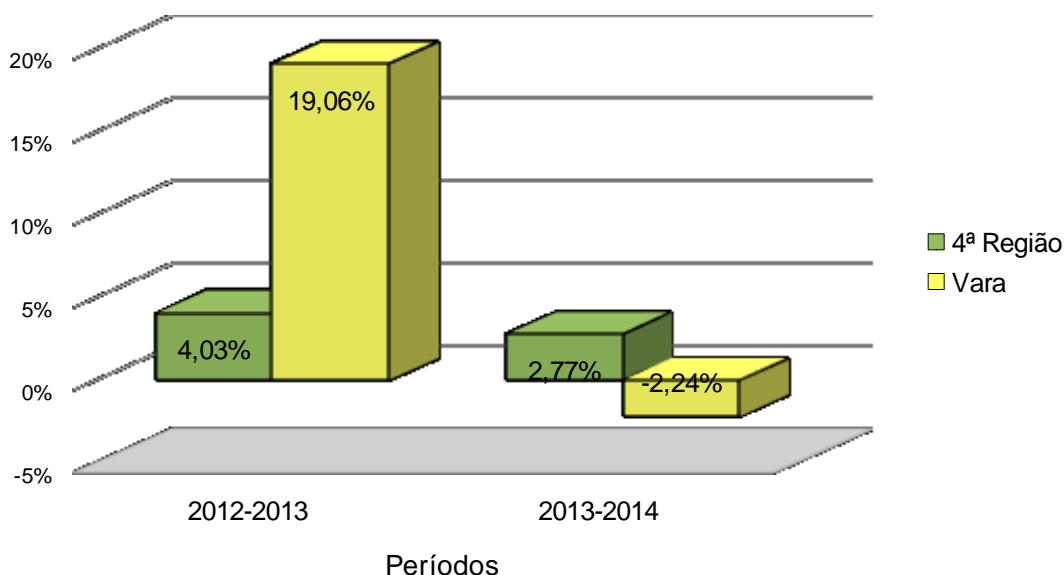
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

Em relação aos anos de 2012/2013, a análise meramente objetiva ensejaria a conclusão de que houve uma elevação de 19,06% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária, de um ano para o outro. Tal análise, contudo, não reflete o andamento ordinário de uma Vara, como ocorre como as demais Unidades do Foro de São Leopoldo, na medida em que a 4ª Vara foi criada somente em 06.12.2012. É natural, portanto, que todas as fases tenham apresentado majoração no estoque no ano de 2013, assim como que o acréscimo de acervo de processos da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo em 2013 tenha sido superior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 4,03% no número de processos em tramitação.

Em contrapartida, os dados de 2014, colhidos até o mês de julho, apontam uma redução de 2,24% no acervo de processos tramitando na Unidade.



### Variação percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos pendentes de solução

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>Pendentes de solução do período anterior</b>	-	511**	-	576	12,72%
<b>Casos novos</b>	510	1.520	198,04%	1.168	-23,16%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	1	1	0,00%	1	0,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)</b>	1	1.261	126.000%	1.051	-16,65%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>510**</b>	<b>576</b>	<b>12,94%</b>	<b>658</b>	<b>14,24%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

\*\*A diferença entre os valores apresentados, deve-se à mudança na forma de coleta das informações estatísticas implementadas a partir da utilização do sistema e-Gestão

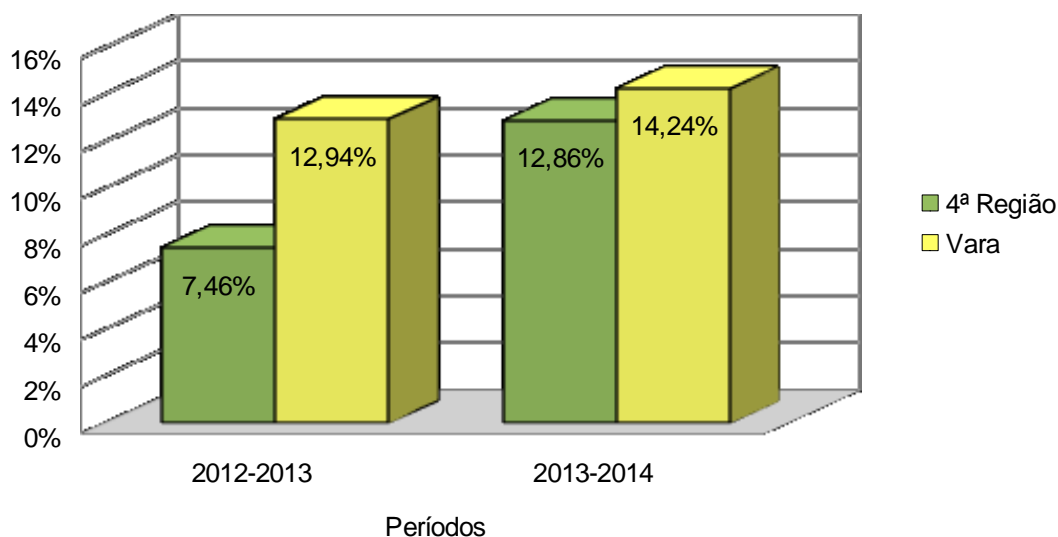
Quanto à elevação do estoque no ano de 2013, há que se considerar a criação da Vara em dezembro de 2012, como já observado no item anterior.

Os dados de 2014 (colhidos até o mês de julho) apontam aumento do estoque de processos pendentes, em 14,24% (superior à média regional nesse mesmo período).





### Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que, no final de 2013, a maior parte destes (48,78%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, entre 31.12.2013 e 31.07.2014, o número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade caiu 91,67%. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	510	169	-66,86%	308	82,25%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	0	281	-	326	16,01%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	0	78	-	20	-74,36%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	0	48	-	4	-91,67%
<b>TOTAL</b>	<b>510</b>	<b>576</b>	<b>12,94%</b>	<b>658</b>	<b>14,24%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)



### 3.2.2 Taxa de congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>São Leopoldo – 4ª Vara</b>	99,80%	37,94%	-61,98%	39,77%	4,83%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	46,94%	41,05%	-12,55%	56,83%	38,43%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 37,94% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 61,98% em relação ao índice do ano anterior - essa grande variação, todavia, é justificada apenas pela distorção da taxa de congestionamento em 2012, a qual decorre do grande número de casos novos recebidos por redistribuição quando da instalação da Unidade, e do curto tempo para solução desses processos dentro do próprio período.

Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 3,11 pontos percentuais. A seu turno, os dados de janeiro a julho deste ano indicam que a taxa de congestionamento na Unidade em 2014, apesar de superior à do ano anterior, permanece inferior à média da 4ª Região.



### 3.2.3 Processos solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2012		2013		2014 (até 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	1	100	731	57,97	531	50,52
	Julgado procedente	0	0,00	20	1,59	27	2,57
	Julgado procedente em parte	0	0,00	317	25,14	298	28,35
	Julgado improcedente	0	0,00	67	5,31	85	8,09
	Extinto	0	0,00	2	0,16	1	0,10
	Outras decisões	0	0,00	0	0	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	0	0,00	21	1,67	6	0,57
	Arquivamento (art. 844 CLT)	0	0,00	74	5,87	71	6,76
	Desistência	0	0,00	15	1,19	15	1,43
	Outras decisões	0	0,00	14	1,11	17	1,62
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>100</b>	<b>1.261</b>	<b>100</b>	<b>1.051</b>	<b>100</b>

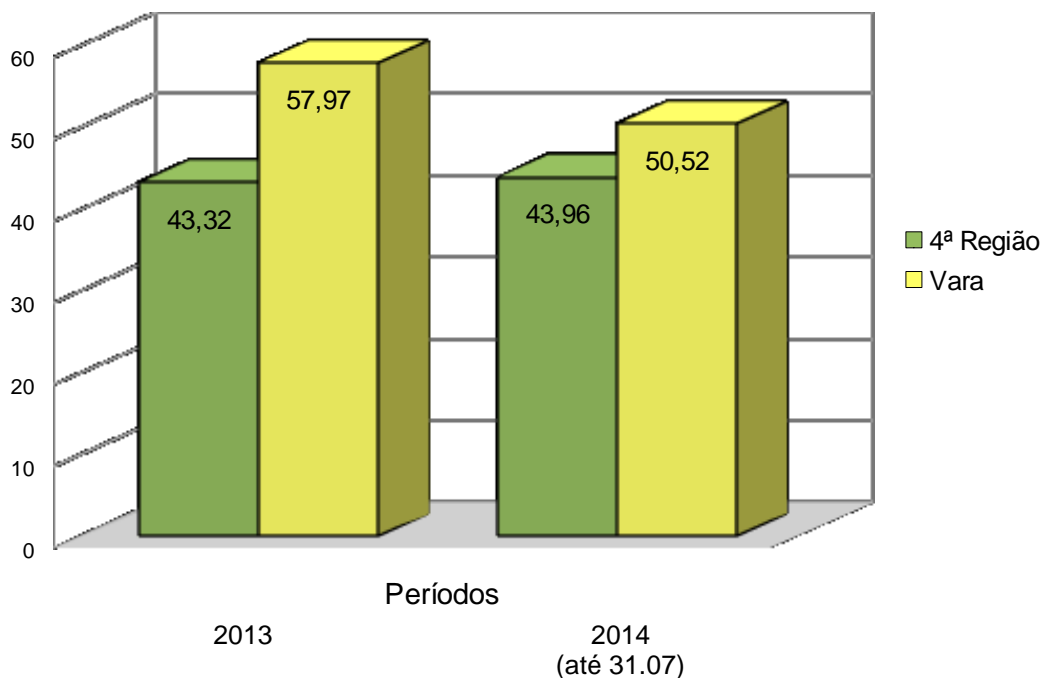
Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

Em 2013, foram solucionados na fase de conhecimento 1.261 processos na Unidade Judiciária. Excluídas as conciliações, as decisões com resolução de mérito totalizaram 406, o que corresponde a 32,20% dos processos solucionados no período. Por sua vez, nos sete primeiros meses de 2014, o percentual de decisões com resolução de mérito alcançou 39,11%.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, um elevado percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, foram 731 conciliações na fase de conhecimento, representando 57,97% dos processos solucionados - índice superior à média em toda a 4ª Região, que alcançou 43,32%. A seu turno, nos sete primeiros meses de 2014, 531 processos foram conciliados, correspondendo a 50,52% das soluções na fase de conhecimento, enquanto a média em todas as Unidades do TRT4 no mesmo período foi de 43,96%.



### Percentual de conciliações nos processos solucionados



## 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>Pendentes do período anterior</b>	0	109	-	165	51,38%
<b>Iniciadas</b>	109	271	148,62%	195	-28,04%
<b>Encerradas</b>	0	195	-	162	-16,92%
<b>Pendentes</b>	109	165	51,38%	164	-0,61%
<b>Arquivo Provisório</b>	0	1	-	2	100,00%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

O número de processos pendentes na fase de liquidação em 2013 foi de para 165. Por sua vez, no período de janeiro a julho de 2014, o estoque de processos na fase de liquidação na 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo manteve-se praticamente estável em relação ao final do ano anterior (queda de 0,61%).



### 3.3.2 Taxa de congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>São Leopoldo – 4ª Vara</b>	100,00%	48,68%	-51,32%	55,00%	12,98%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	36,68%	42,12%	14,84%	57,18%	35,75%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo foi de 48,68% no ano de 2013, constatando-se uma queda de 51,32% em relação ao índice do ano anterior. Essa grande variação se deu pelo mesmo motivo já explanado no comentário à taxa de congestionamento da fase de conhecimento (item 3.2.2).

Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade Judiciária foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 6,56 pontos percentuais. Em 2014, a seu turno, os dados de janeiro a julho apontam uma elevação de 12,98% de congestionamento na Unidade - a qual, todavia, passa a ser 2,18 pontos percentuais inferior à taxa média da 4ª Região.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>Pendentes do período anterior (com execuções previdenciárias)</b>		0	623	-	496	-20,39%
<b>Entradas</b>	<b>Iniciadas</b>	627	295	-52,95%	250	-15,25%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	4	265	6.525,00%	161	-39,25%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	0	134	-	40	-70,15%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente de crédito previdenciário</b>	21	14	-33,33%	12	-14,29%
	<b>Demais</b>	602	482	-19,93%	473	-1,87%
<b>Saldo no Arquivo Provisório</b>		0	125	-	160	28,00%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

Em 2013, o estoque de execuções pendentes na 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo caiu de 623 para 496, o que corresponde a uma redução de 20,39%. Esse índice é superior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 4,31% em seu estoque médio. O principal fator a contribuir para essa redução foi a significativa redução (52,95%) no número de execuções iniciadas (sendo que esse alto



percentual é explicado pelo grande número de execuções redistribuídas das outras Varas do Trabalho de São Leopoldo no mês de dezembro de 2012, quando instalada a Unidade), combinada com um expressivo número de execuções arquivadas provisoriamente.

A seu turno, os dados apurados entre janeiro e julho de 2014 apontam uma redução no estoque de execuções pendentes da Unidade, o qual passou de 496 para 485 processos.

### 3.4.2 Taxa de congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até 31.07)	Varição 2013-2014
<b>São Leopoldo – 4ª Vara</b>	99,36%	71,13%	-28,41%	78,42%	10,24%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	74,90%	69,60%	-7,07%	89,40%	28,46%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - [\text{número execuções encerradas} / (\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas})]$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 71,13% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 28,41% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 1,53 ponto percentual.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até 31.07)	Varição 2013-2014
<b>São Leopoldo – 4ª Vara</b>	99,36%	74,59%	-24,93%	81,52%	9,28%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	85,45%	84,73%	-0,84%	91,48%	7,97%

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo na fase de execução, a qual passa a corresponder a 74,59% - ainda assim, inferior ao índice do ano anterior em 24,93%. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2013, a taxa de congestionamento da Unidade é 10,14 pontos percentuais menor, o que demonstra maior efetividade na execução do que aquela verificada em todo TRT4. Constata-se, ainda, que os dados colhidos entre janeiro e julho de 2014 apontam uma tendência de aumento na taxa de congestionamento da Unidade Judiciária - a qual contudo, permanece inferior à média regional no mesmo período.



### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	6	111	1.750,00%	62	-44,14%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	0	19	-	22	15,79%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	6	93	1.450,00%	132	41,94%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta, resultou uma lista de **02 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, cuja situação processual encontra-se relacionada abaixo:

<b>1</b>	<b>0000169-76.2010.5.04.0332</b>
<b>Situação processual:</b> Em 29.08.2011, foi publicada decisão homologando a transação celebrada entre as partes. Em 08.10.2012, foi publicado despacho determinando o bloqueio de valores dos reclamados, por meio do sistema BACEN-JUD, a fim de satisfazer débito previdenciário. Em 06.05.2013, foi comprovada a satisfação dos recolhimentos previdenciários, em sua totalidade. Em 31.05.2013, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> Em 04.02.2013, os executados “Zemar P de Souza” e “Ferrasso Comércio e Transportes Importação e Exportação Ltda.” foram incluídos no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”.	
<b>2</b>	<b>0000782-25.2012.5.04.0333</b>
<b>Situação processual:</b> Em 25.03.2014, foi publicado despacho determinando a expedição de alvará à reclamante. Em 07.05.2014, diante da comprovação de pagamento, foi publicado despacho determinando a liberação de penhora efetuada no feito e o arquivamento dos autos.	



Em 08.05.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** Em 17.02.2014, o executado “Paulo Roberto Silva” foi incluído no BNDT. Em 21.02.2014, foi inserida a anotação da situação “sem garantia total do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.08.2014)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2012			2013			2014 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	1	0	1	92	56	32	72	72	21
<b>Antecipações de tutela</b>	0	0	0	119	88	108	90	62	21
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	0	0	0	23	9	11	8	8	8
<b>Embargos à execução</b>	0	0	0	59	34	26	24	27	19
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	1	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	0	0	0	3	1	2	5	1	6

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 296 incidentes processuais em 2013 na Unidade Judiciária, sendo que as antecipações de tutela representaram 40,20% dos incidentes recebidos, e que os embargos de declaração correspondem a 31,08% do total de incidentes processuais opostos.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo.

#### 0048400-79.2006.5.04.0331

**Situação processual:** Consta do sistema inFOR a oposição, em 22.11.2013, de **embargos à penhora** por terceiras interessadas. Em 19.03.2014, foi publicado despacho acolhendo os embargos e determinando o levantamento da penhora efetuada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.





**0157300-93.2005.5.04.0331**

**Situação processual:** Consta do sistema inFOR a oposição, em 01.07.2013, de **impugnação à sentença de liquidação** pelo exequente. Em 03.07.2013, foi publicado despacho rejeitando a referida impugnação. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

**0092100-97.2009.5.04.0332**

**Situação processual:** Consta do sistema inFOR a oposição, em 24.09.2013, de **exceção de pré-executividade** pela reclamada, a qual foi recebida pelo Juízo em 28.10.2013 como embargos à execução. Em 31.01.2014, foi publicada decisão acolhendo em parte o incidente processual oposto pela ré; todavia, o andamento relativo à decisão do incidente processual corresponde à espécie “embargos à execução”, de modo o incidente processual originariamente oposto pela demandada segue constando como pendente de solução no sistema informatizado.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.08.2014)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

### 3.6 TAXA DE RECORRIBILIDADE

#### 3.6.1 Recorribilidade externa

Recorribilidade para instância superior					
	2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até 31.07)	Varição 2013-2014
<b>Fase de Conhecimento</b>	-	68,25%	-	52,30%	-23,37%
<b>Fase de Execução</b>	-	97,06%	-	66,67%	-31,31%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

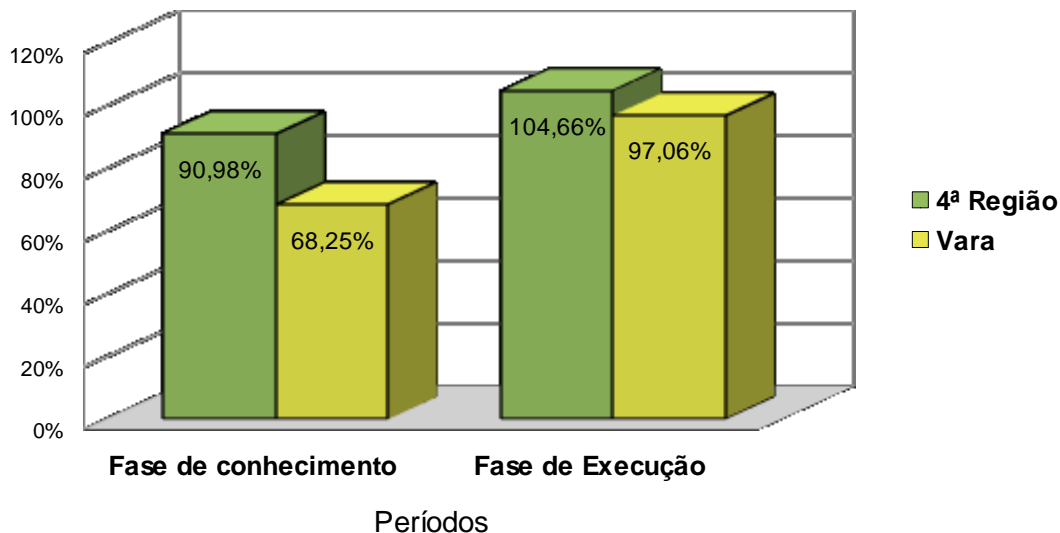
Recorribilidade externa – fase de conhecimento = Recursos ordinários interpostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

Recorribilidade externa – fase de execução = Agravos de petição interpostos / número de decisões em embargos à execução.

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de conhecimento foi de 68,25%, a qual se mostrou 22,73 pontos percentuais inferior ao índice médio da 4ª Região em 2013. Da mesma forma, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de execução foi de 97,06% índice 7,60 pontos percentuais inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2013.



### Recorribilidade externa na Unidade Judiciária 2013



Por sua vez, os dados de 2014, colhidos até julho, apontam uma tendência de redução na taxa de recorribilidade da Unidade tanto no tocante à fase de conhecimento quanto com relação à fase de execução.

#### 3.6.2 Recorribilidade interna

Recorribilidade interna					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>Fase de conhecimento</b>	-	20,86%	-	16,59%	-20,48%

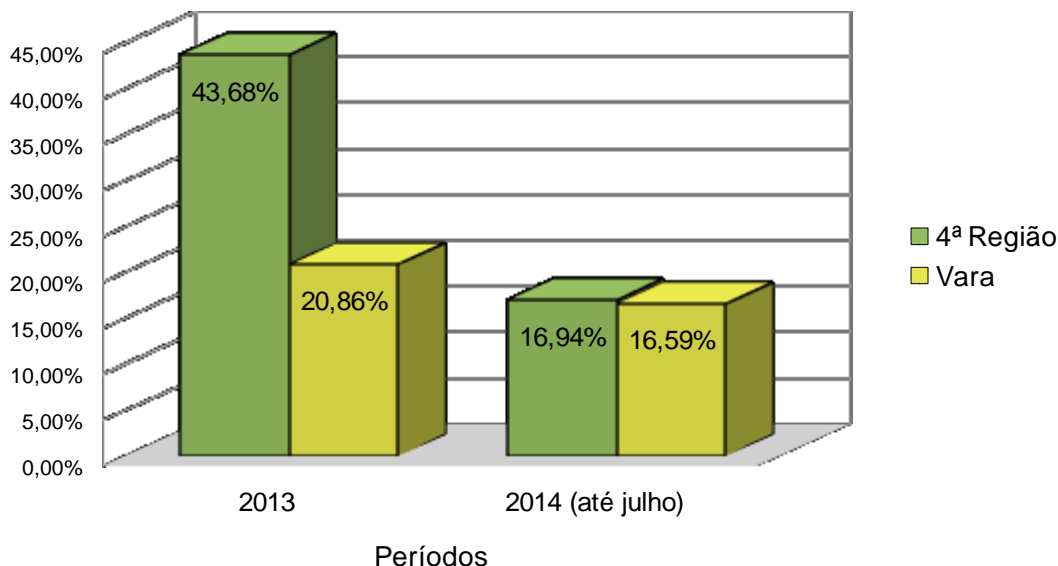
(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

Recorribilidade interna = Embargos de declaração opostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para a própria instância na fase de conhecimento foi de 20,86%, a qual se mostrou 22,82 pontos percentuais inferior ao índice médio da 4ª Região em 2013. Destaca-se, ainda, que os dados colhidos entre janeiro e julho de 2014 apontam redução de 20,48% na taxa de recorribilidade interna da Unidade.



### Recorribilidade Interna



## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Sumaríssimo</b>	-	82,24	-	139,31	69,39%
	<b>Ordinário</b>	9	149,77	1.564,13%	178,03	18,87%
	<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>140,47</b>	<b>1.460,74%</b>	<b>174,11</b>	<b>23,95%</b>

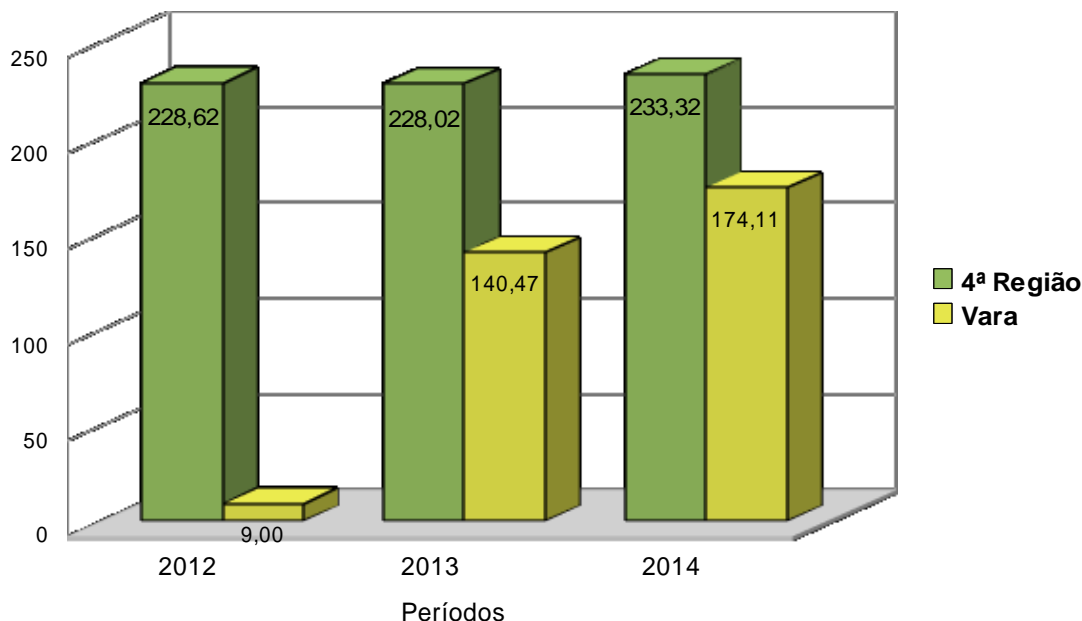
Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

No ano de 2013, o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento no rito sumaríssimo alcançou 82,24 dias. Por sua vez, nos sete primeiros meses de 2014, o prazo médio do rito sumaríssimo avançou para 139,31 dias, prazo 69,39% maior do que a média de 2013. Ademais, o rito ordinário registrou prazo de 149,77 dias em 2013, enquanto, de janeiro a julho de 2014, avançou para 178,03 dias, lapso 18,87% maior no ano anterior.

Em face desses números, constata-se que o lapso de tramitação processual na fase de conhecimento na Unidade Judiciária é célere, tendo em vista os números de toda a 4ª Região. O prazo médio total da Unidade, em 2013, foi 87,55 dias mais célere que a média de todas as Unidades do TRT4, enquanto em 2014, o prazo médio foi, em média, 59,21 menor que a média da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	-	121,00	-	191,40	58,18%
	Ordinário	-	136,11	-	140,64	3,33%
	<b>Total</b>	-	<b>134,61</b>	-	<b>142,40</b>	<b>5,79%</b>

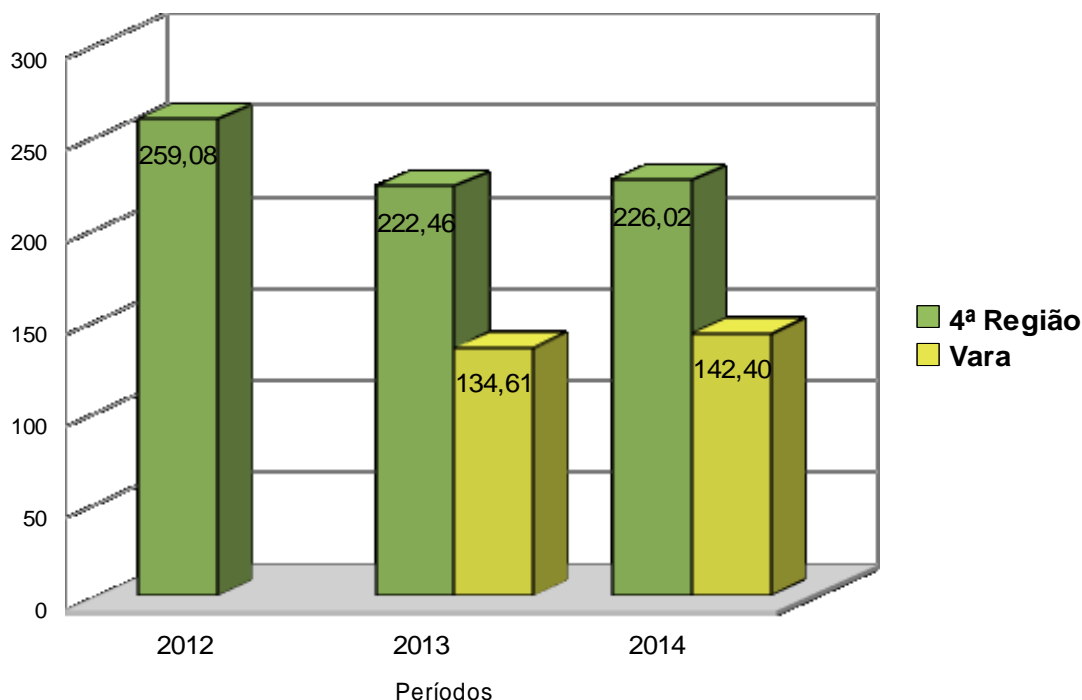
Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

No rito sumaríssimo, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação foi de 212 dias em 2013, enquanto em 2014, o prazo avançou para 191,40 dias, média 58,18% superior à de 2013. Ademais, no rito ordinário, o prazo médio foi de 136,11 dias em 2013, enquanto no período de janeiro a julho de 2014 o prazo avançou para 140,64 dias, média 3,33% superior à de 2013.

Em que pese o aumento do prazo, o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 87,85 dias mais célere que o desempenho de toda a 4ª Região em 2013. Da mesma forma, o lapso de tramitação nos sete primeiros meses de 2014 foi 83,62 dias menor que a média geral de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4. Especificações no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	6,50	152,14	2.240,67%	287,93	89,25%
	Ente público	-	200,70	-	407,15	102,87%
	Total	<b>6,50</b>	<b>156,33</b>	<b>2 305,02%</b>	<b>297,99</b>	<b>90,62%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

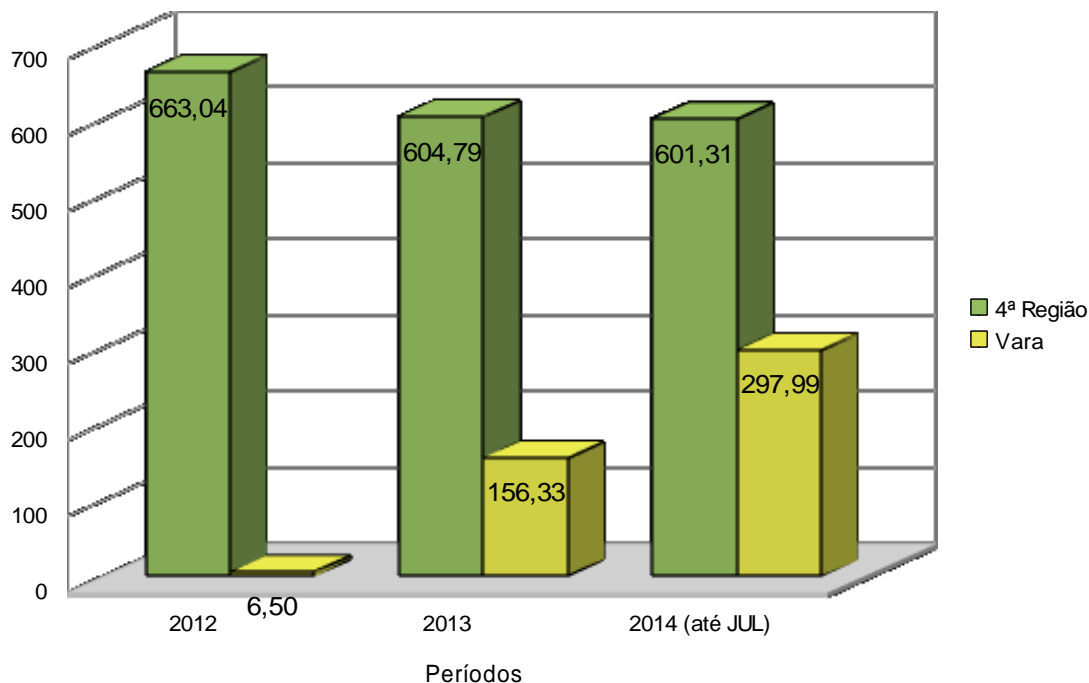
O prazo de tramitação processual na fase de execução nos processos em que o executado é ente privado, em 2013, foi de 152,14 dias; por sua vez, entre janeiro e julho de 2014, o prazo avançou para 287,93 dias, média 89,25% maior do que a de 2013. Quando o executado é ente público, por sua vez, o prazo médio de tramitação na fase de execução, em 2013, foi de 200,70 dias; já em 2014, o prazo médio avançou para 407,15 dias, média 102,87% mais morosa do que em 2013.

Apesar do aumento do prazo verificado na Unidade, quando compara-se estes com os dados de toda a 4ª Região, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que, em 2013, o tempo de tramitação na fase de execução na Unidade foi 448,46 dias mais célere do que a média do TRT4. Ademais, os



dados de janeiro a julho de 2014 apontam que a média da Unidade foi 303,31 dias menor do que à verificada em todo o TRT4 no mesmo período.

Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2013

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução*	Resultado
0 processos	<b>Meta cumprida</b>

\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 06.12.2012, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é igual ou anterior a 2005.

**5.1.2. Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução*	Resultado
0 processos	<b>Meta cumprida</b>



*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 06.12.2012, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é igual ou anterior a 2007.*

**5.1.3 - Meta 2 – 2012:** *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008*	Nº de processos ajuizados em 2008 solucionados	%	Resultado
116	116	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>

*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 06.12.2012, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é 2008.*

**5.2 Metas do CNJ – Ano de 2013**

**5.2.1 Meta 1:** *“Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013”.*

META 1/2013 CNJ			
Distribuídos em 2013	Solucionados em 2013	%	Resultado
1.520	1.261	<b>82,96%</b>	<b>Meta não cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2:** *“Julgar, até 31.12.2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.*

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009*	Nº de processos ajuizados em 2009 solucionados	%	Resultado
145*	144	<b>99,31%</b>	<b>Meta cumprida</b>

*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 06.12.2012, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é 2008.*

**5.2.3. Meta 13:** *“Aumentar em 15% (quinze por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011”.*

META 13/2013 CNJ			
Execuções encerradas em 2011	Execuções encerradas em 2013	%	Resultado
Meta não aplicável: Unidade não possuía execuções encerradas no ano de 2011			



### 5.3 Metas do CNJ – Ano de 2014

**5.3.1. Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2014	Solucionados até 31.07.2014	%	Resultado parcial (até julho)
1.168	1.051	<b>89,98%</b>	<b>Meta ainda não cumprida</b>

**5.3.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011*	Nº de processos ajuizados em 2011 solucionados	%	Resultado parcial (até julho)
292	291	<b>99,66%</b>	<b>Meta já cumprida</b>
Distribuídos em 2012*	Nº de processos ajuizados em 2012 solucionados	%	
923	916	<b>99,24%</b>	

\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 06.12.2012, há processos redistribuídos cujos anos de autuação são 2011 e 2012

**5.3.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até Jul/2014)
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	239
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	231
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	102
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	161
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - \left( \frac{1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))}{1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5)) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1))) / 2} \right) * 100$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - \left( \frac{1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))}{1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6)) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2))) / 2} \right) * 100$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até julho)
<b>186,83%</b>	<b>Dados parciais indicam o provável cumprimento da meta</b>
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até julho)
<b>0,00%</b>	<b>Dados parciais indicam o não cumprimento da</b>



meta até o presente momento

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado parcial (até julho)
0 processos	<b>Meta já cumprida</b>

## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	7 (I) 4 (P)	-	-
Tarde	7 (I) 4 (P)	-	7 (I) 4 (P)	7 (I) 4 (P)	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 03.09.2014)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7 (I) 4 (P)	7 (I) 4 (P)	-	7 (I) 4 (P)	-
Tarde	-	7 (I) 4 (P)	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 03.09.2014)

#### **Legenda:**

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada		Próxima data livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	22.10	06.11	22.10	06.11
<b>Una Sumaríssimo</b>	22.10	03.11	22.10	06.11
<b>Instrução</b>	11.02.2015	02.03.2015	12.02.2015	02.03.2015
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 03.09.2014)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	-	47,59	-	49,94	4,94%
	<b>Ordinário</b>	-	47,98	-	61,43	28,04%
	<b>Total</b>	-	<b>47,94</b>	-	<b>60,60</b>	<b>26,40%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi estendido de 47,59 dias, em 2013, para 49,94 dias, nos primeiros sete meses de 2014 (elevação de 4,94%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário, subiu de 47,98 dias, em 2013, para 61,43 dias, nos sete primeiros meses de 2014 (acréscimo de 28,04%).

É oportuno esclarecer que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



## 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.07)	Variação 2013-2014
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	-	33,43	-	60,40	80,66%
	Ordinário	-	77,66	-	88,75	14,29%
	<b>Total</b>	-	<b>69,93</b>	-	<b>85,96</b>	<b>22,93%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram seu prazo médio aumentado de 33,43 dias, em 2013, para 60,40 dias, nos primeiros sete meses de 2014 (elevação de 80,66%). No rito ordinário, a seu turno, o prazo médio subiu de 77,66 dias, em 2013, para 88,75 dias, nos sete primeiros meses de 2014 (acréscimo de 14,29%).

Novamente, no tópico, há que se ressaltar que os prazos para prosseguimento averiguados no momento da inspeção correcional são, de fato, mais exíguos do que aqueles que resultam da apuração do sistema e-Gestão.

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2013						
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	Total	
<b>Eduardo Batista Vargas</b>	0	8	0	0	<b>8</b>	
<b>Jarbas Marcelo Reinicke</b>	88	251	31	6	<b>376</b>	
<b>Sérgio Giacomini</b>	4	160	0	3	<b>167</b>	
<b>(Juiz não informado) *</b>	1.260	529	193	0	<b>1.982</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>1.352</b>	<b>948</b>	<b>224</b>	<b>9</b>	<b>2.533</b>	
2014 (até 31.07)						
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	Total	
<b>Alcides Otto Flinkerbusch</b>	5	2	3	0	<b>10</b>	
<b>Bárbara Fagundes</b>	2	1	1	0	<b>4</b>	
<b>Daniela Elisa Pastório</b>	9	6	0	0	<b>15</b>	
<b>Janaína Saraiva da Silva</b>	11	1	0	0	<b>12</b>	
<b>Jarbas Marcelo Reinicke</b>	425	210	28	2	<b>665</b>	
<b>José Frederico Sanches Schulte</b>	7	2	0	0	<b>9</b>	
<b>Karina Saraiva Cunha</b>	1	0	0	0	<b>1</b>	
<b>Luís Henrique Bisso Tatsch</b>	8	6	1	0	<b>15</b>	
<b>Patrícia Zeilmann Costa</b>	2	0	1	0	<b>3</b>	



<b>Rita de Cássia Azevedo de Abreu</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Rosiul de Freitas Azambuja</b>	5	3	0	0	<b>8</b>
<b>Sérgio Giacomini</b>	459	203	42	4	<b>708</b>
<b>TOTAL</b>	<b>935</b>	<b>434</b>	<b>76</b>	<b>6</b>	<b>1.451</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

\* Os dados do sistema e-Gestão não informaram o juiz que realizou as audiências

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2013						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Eduardo Batista Vargas</b>	5	4	0	9	0	<b>9</b>
<b>Ivanise Marilene Uhlig de Barros</b>	2	5	0	7	0	<b>7</b>
<b>Jarbas Marcelo Reinicke</b>	133	132	2	267	19	<b>286</b>
<b>Sérgio Giacomini</b>	61	90	0	151	5	<b>156</b>
<b>Vinícius Daniel Petry</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>(Juiz não informado) *</b>	530	172	0	702	100	<b>802</b>
<b>TOTAL</b>	<b>731</b>	<b>404</b>	<b>2</b>	<b>1.137</b>	<b>124</b>	<b>1.261</b>
2014 (até 31.07)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Alcides Otto Flinkerbusch</b>	3	0	0	3	1	<b>4</b>
<b>Bárbara Fagundes</b>	1	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>Daniela Elisa Pastório</b>	6	1	0	7	2	<b>9</b>
<b>Janaína Saraiva da Silva</b>	3	2	0	5	2	<b>7</b>
<b>Jarbas Marcelo Reinicke</b>	235	137	0	372	51	<b>423</b>
<b>José Frederico Sanches Schulte</b>	1	1	0	2	1	<b>3</b>
<b>Luís Henrique Bisso Tatsch</b>	10	2	0	12	1	<b>13</b>
<b>Patrícia Zeilmann Costa</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Rosiul de Freitas Azambuja</b>	4	3	0	7	0	<b>7</b>
<b>Sérgio Giacomini</b>	268	263	1	532	51	<b>583</b>
<b>TOTAL</b>	<b>531</b>	<b>410</b>	<b>1</b>	<b>942</b>	<b>109</b>	<b>1.051</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.08.2014)

\* Os dados do sistema e-Gestão não informaram o juiz que realizou as audiências

## **6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO**

<b>Magistrado Jarbas Marcelo Reinicke</b>
Há mais de 50 dias: não há

<b>Magistrado Sérgio Giacomini</b>
Há mais de 50 dias: não há

(Fonte: Consulta aos Sistemas inFOR Pro e PJe no dia da correição)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

Segundo relato da Diretora de Secretaria a modalidade de trabalho é por carteira. O protocolo é distribuído, aleatoriamente, a todos os servidores que elaboram as minutas de despacho e ficam responsáveis pelo cumprimento (quer no meio físico, quer no eletrônico). Ainda, segundo a Diretora de Secretaria, não há pendências na Unidade e as tarefas são mantidas rigorosamente em dia.

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Sem pendências.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS**

Sem pendências.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Sem pendências.

### **7.4 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Sem pendências.

### **7.5 JUNTADA DE PETIÇÕES**

Estava sendo finalizada a juntada de petições do dia anterior (02.09.2014).

### **7.6 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

Estava em 02.09.2014.



## 7.7 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

O prazo é certificado em 05 dias, em razão do protocolo postal.

## 7.8 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Sem pendências.

## 7.9 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente.

## 7.10 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

A tarefa é efetuada todas as sextas-feiras, com a distribuição equânime dos processos entre os servidores presentes.

## 7.11 EXAME DOS LIVROS

### 7.11.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000033-11.2012.5.04.0332	<b>28.07.2014</b>	22 dias
2	0001528-30.2011.5.04.0331	<b>28.07.2014</b>	22 dias
3	0001763-57.2012.5.04.0332	<b>31.07.2014</b>	19 dias
4	0000343-20.2012.5.04.0331	<b>31.07.2014</b>	19 dias
5	0000235-22.2011.5.04.0332	<b>04.08.2014</b>	16 dias
6	0095300-49.2008.5.04.0332	<b>05.08.2014</b>	15 dias
7	0059300-26.2003.5.04.0332	<b>08.08.2014</b>	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.08.2014)

### 7.11.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000769-63.2011.5.04.0332	<b>14.05.2014</b>	3 meses e 6 dias
2	0002059-82.2012.5.04.0331	<b>21.07.2014</b>	29 dias
3	0001744-85.2011.5.04.0332	<b>21.07.2014</b>	29 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.08.2014)



### 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	334-00123/14	0108900-40.2008.5.04.0332*	<b>21.07.2014</b>	29 dias
2	334-00131/14	0000278-22.2012.5.04.0332*	<b>28.07.2014</b>	22 dias
3	334-00132/14			
4	334-00111/14	0056400-60.2009.5.04.0332*	<b>29.07.2014</b>	21 dias
5	334-00138/14	0052000-37.2008.5.04.0332	<b>30.07.2014</b>	20 dias
6	334-00139/14	0000719-74.2010.5.04.0331	<b>04.08.2014</b>	16 dias
7	334-00133/14	0001283-79.2012.5.04.0332*	<b>04.08.2014</b>	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.08.2014)

\* Consta andamento no InFOR solicitando o cumprimento do mandado.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 19.08.2014, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 211 processos. O item 9.1 compõe-se de 20 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 9.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	<b>0126500-70.1991.5.04.0332</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não é possível identificar os servidores que procederam à devolução das cargas dos autos às fls. 688 e 705. <b>Movimentação processual:</b> O mandado da fl. 692 foi juntado aos autos em 21.03.2013, mas os autos apenas foram à conclusão em 25.09.2013. A certidão da fl. 713 foi exarada em 20.6.2014, não havendo mais movimentações processuais posteriores até o envio dos autos à Corregedoria, em 12.08.2014. <b>Principal Entrave. Execução.</b> A execução iniciou em fevereiro de 1995 e ainda não foi concluída diante da inexistência de bens.	
2	<b>0001548-52.2010.5.04.0332</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não é possível identificar o servidor que procedeu à devolução da carga à fl.1330. Ausência do carimbo “esta folha contém _ documento(s) no verso da fl. 1331. <b>Movimentação processual:</b> Os autos foram recebidos pela Secretaria em 09.08.2012, mas os autos apenas foram à conclusão 04.02.2013. A petição das fls. 1483-1484 foi protocolada em 25.03.2013, mas foi juntada aos autos em 09.04.2013. <b>Principal Entrave. Conhecimento.</b> A ação foi ajuizada em outubro de 2010, mas a decisão ainda não transitou em julgado, estando pendente o julgamento de agravo de instrumento em recurso de revista.	
3	<b>0100300-93.2009.5.04.0332</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> As partes foram	





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

intimadas da liberação da penhora por intermédio de publicação no DEJT disponibilizada em 05.06.2014, mas não houve mais movimentações processuais até o envio dos autos à Corregedoria, em 12.08.2014.

4

0001093-90.2010.5.04.0331

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar os servidores que procederam à devolução das cargas dos autos às fls. 510 e 515. **Movimentação processual:** A petição das fls. 511-513 foi juntada aos autos em 01.04.2013, mas os autos foram à conclusão em 14.05.2013. Não houve movimentações processuais entre 10.04.2014, quando foi exarada a certidão da fl. 585, a 15.05.2014, quando os autos foram à conclusão.

5

0044300-10.2008.5.04.0332

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar os servidores que procederam à devolução das cargas dos autos às fls.1353 e 1370. **Movimentação processual:** O arquivo relativo ao julgamento do recurso de revista foi enviado em 13.09.2014, mas foi juntado aos autos em 18.10.2014. **Principal Entrave. Conhecimento:** A ação foi ajuizada em março de 2008, mas a decisão transitou em julgado em setembro de 2013.

6

0001302-56.2010.5.04.0332

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar o servidor que procedeu à devolução da carga à fl. 184. **Movimentação processual:** nada a apontar.

7

0000556-91.2010.5.04.0332

**Aspectos gerais dos autos\*:** Os substabelecimentos das fls. 508-509 foram juntados aos autos sem petição e sequer sem a indicação do processo. Não é possível identificar o servidor que procedeu à devolução da carga à fl. 510. **Movimentação processual:** Não houve movimentação processual entre 10.07.2013, quando os autos foram devolvidos de carga, a 09.09.2013, quando os autos foram à conclusão. A petição das fls. 513-515 foi juntada aos autos em 24.09.2013, mas os autos foram à conclusão em 10.10.2013.

8

0000276-49.2012.5.04.0333

**Aspectos gerais dos autos:** \*: Não é possível identificar os servidores que procederam às devoluções das cargas às fls. 323 e 353. **Movimentação processual:** A petição das fls. 342-343 foi juntada aos autos em 22.07.2013, mas os autos foram à conclusão em 20.08.2013. A petição das fls. 348-349 foi protocolada em 05.09.2013, mas foi juntada aos autos em 23.09.2013. O substabelecimento da fl. 352 não foi protocolado.

9

0001746-55.2011.5.04.0332

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar os servidores que procederam às devoluções das cargas às fls. 470, 475 e 494. **Movimentação processual:** Os autos foram devolvidos pelo Tribunal em 13.11.2013, mas os autos foram à conclusão em 10.12.2013. A petição e a guia de depósito das fls. 483-488 foram protocoladas em 07.03.2014, mas foram juntadas aos autos em 17.03.2014.

10

0042100-96.2009.5.04.0331

**Aspectos gerais dos autos\*:** Ausência do carimbo “esta folha contém \_ documento(s)” no verso da fl. 431. Não é possível identificar o servidor que procedeu à devolução da carga à fl. 440. **Movimentação processual:** A petição das fls. 404-421 foi juntada aos autos em 25.06.2013, mas os autos foram à conclusão em 12.07.2013. O ofício da fl. 443foi recebido em 28.06.2013, mas foi juntado aos autos em 04.12.2013. O despacho da fl. 442 foi proferido em 13.11.2013, mas foi cumprido em 04.12.2013. A parte foi intimada para retirar documento por intermédio de publicação disponibilizada no DEJT em 06.06.2014 com prazo de dez dias, mas



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

não houve mais movimentações processuais até o envio dos autos à Corregedoria, em 12.08.2014.

11

0000374-34.2012.5.04.0333

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** A parte foi notificada por intermédio de publicação disponibilizada no DEJT em 08.04.2013 com prazo de dez dias. Não houve manifestação, e os autos apenas foram à conclusão em 03.06.2013. Com exceção de juntada de procuração e substabelecimento, não houve mais movimentações processuais após 23.05.2014, quando foi juntado aos autos ofício da receita federal.

12

0000006-62.2011.5.04.0332

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** O autor foi novamente notificado para retirar a certidão para habilitação de créditos por intermédio de publicação disponibilizada no DEJT em 16.05.2014, mas não houve mais movimentações processuais até o envio dos autos à Corregedoria, em 12.08.2014.

13

0000550-87.2010.5.04.0331

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar o servidor que procedeu à devolução da carga à fl. 196. **Movimentação processual:** nada a apontar.

14

0135200-88.1998.5.04.0332

**Aspectos gerais dos autos\*:** A petição das fls. 142-143 não foi protocolada. Não é possível identificar os servidores que procederam às devoluções das cargas às fls.144 e 154. **Movimentação processual:** nada a apontar. **Principal Entrave. Execução.** A execução iniciou em fevereiro de 2003, e não foi concluída até o momento, e aguarda o pagamento de precatório.

15

0002092-72.2012.5.04.0331

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não consta o carimbo “em branco” no verso das fls. 15-58 e 291-297. Não é possível identificar o servidor que procedeu à devolução da carga à fl. 324. **Movimentação processual:** Não houve movimentação processual entre 09.10.2013, quando foi expedido alvará, a 07.03.2014, quando foi certificada a publicação de notificação. Não houve movimentação processual entre 15.05.2014, quando foi expedido mandado de citação, a 04.07.2014, quando os autos foram à conclusão.

16

0001994-87.2012.5.04.0331

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não consta o carimbo “esta folha contém \_ doc(s)” no verso da fl. 114. O substabelecimento da fl. 156 foi juntado aos autos sem petição e sem que sequer constasse o número do processo. Não é possível identificar o servidor que procedeu à devolução da carga à fl. 157. **Movimentação processual:** Os autos foram devolvidos em 07.01.2014, eles foram à conclusão em 23.01.2014.

17

0028600-91.2008.5.04.0332

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar os servidores que procederam à devolução das cargas às fls. 248 e 258. **Movimentação processual:** A carta precatória das fls. 182-189 foi recebida em 04.12.2012, mas foi juntada aos autos em 29.01.2013. Não houve mais movimentações processuais entre 15.05.2014, quando foi juntada aos autos informação processual, até 12.08.2014, quando os autos foram enviados para a Corregedoria. **Principal Entrave. Execução.** A execução iniciou em setembro de 2009 e não foi concluída até o momento, diante da dificuldade se encontrar bens dos executados.



18	0001165-40.2011.5.04.0332
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
19	0002109-11.2012.5.04.0331
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não consta o carimbo “em branco” no verso das fls. 22-220 e da fl. 202. Não é possível identificar os servidores que procederam à devolução das cargas às fls. 238, 263 e 304. <b>Movimentação processual:</b> As partes foram notificadas da prolação da sentença por intermédio de publicação disponibilizada no DEJT em 03.07.2013, mas não houve mais movimentações processuais até 23.08.2013, quando os autos foram à conclusão. O cálculo do perito foi juntado aos autos em 07.11.2013, mas os autos foram à conclusão em 22.11.2013.	
20	0001709-91.2012.5.04.0332
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não é possível identificar o servidor que procedeu à devolução da carga à fl. 50. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2013.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Demora no impulso processual	0092200-89.2008.5.04.0331
	0148700-46.2006.5.04.0332
	0014900-44.1991.5.04.0332
Registros desatualizados	0000332-59.2010.5.04.0331
	0001436-80.2010.5.04.0333
	0080800-17.2004.5.04.0332

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho sobre o pronunciamento expresso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 9 PJe

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:  
Processos com petições avulsas – 01 (de 1º.09.2014).



Processos com petições não apreciadas – 18 (mais antigo de 02.09.2014).

Aguardando cumprimento de providências – 104 processos, todos com prazo em andamento.

Aguardando cumprimento na execução – 68 processos, todos com prazo em andamento.

Aguardando cumprimento na liquidação – 25 processos – prazo em andamento.

Apreciar urgentes – sem pendências.

Triagem inicial - 11 processos (mais antigo datava de 28.08.2014).

### **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária não requereu a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

### **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A Secretaria e os Gabinetes do Juízes Titular e Substituto da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo estão instalados em imóvel próximo ao Foro, remanescendo neste, contudo, a sua sala de audiências. Em razão do início das atividades da Vara, em dezembro de 2012, já pelo sistema do PJe, nota-se que foi possível à Diretora de Secretaria otimizar o espaço a sua disposição.

A Unidade se destaca pela boa integração e aproveitamento do seu quadro de pessoal por parte da Diretora de Secretaria, que detêm excelente conhecimento e busca obter o melhor aproveitamento das funcionalidades disponíveis à organização do PJe na Unidade. Assim como relatado durante a inspeção da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, a Diretora Carmen Lígia referiu a importância de que sejam empreendidos esforços para que passe a ser disponibilizada a assinatura eletrônica para os estagiários, de forma a permitir maior fluidez, integração e aprendizado em suas atividades.

O relatório de dados coletados previamente à correição revelou que a Unidade tem excelentes percentuais de acordo – em torno de 50% nos anos de 2013 e 2014, assim como boa tramitação em todas as fases processuais. Na fase de conhecimento, o prazo médio até a prolação da sentença está abaixo de 180 dias, e nas fases de liquidação e execução, situam-se, positivamente, em patamar sensivelmente inferior à média da Região. A maior parte das metas do CNJ aplicáveis à Vara estão cumpridas e a composição e organização das pautas demonstram o comprometimento dos Juízes Titular e Substituto em manter a prestação jurisdicional célere e organizada.



O Juiz Titular Jarbas Marcelo Reinicke e o Juiz Substituto Sérgio Giacomini também apresentam excelente produtividade, não apresentando nenhum processo concluso para decisão com prazo excedido.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1 – 2014)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2013 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período - de forma que a meta CNJ 1/2013 não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.2.1) - e que os dados parciais de 2014 (colhidos até 31 de julho) apontam tendência de manutenção desse quadro.

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2014)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no encerramento definitivo do maior número execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (BacenJud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3.** Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### **ITEM 3.5. (Incidentes Processuais)**

Determina-se que, em relação aos processos nº 0048400-79.2006.5.04.0331, nº 0157300-93.2005.5.04.0331 e nº 0092100-97.2009.5.04.0332, a Secretaria realize um cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e o processamento nos autos físicos, lançando, se necessário, andamentos de entradas, conclusão e saídas dos



incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados quando for o caso.

### **ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

### **ITEM 7.11.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Atente a Secretaria para as seguintes determinações:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais;
- e) observe os procedimentos para a formação dos autos provisórios, conforme a previsão do art. 105, §1º, da CPR.

### **8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR**

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 211 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os



andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0092200-89.2008.5.04.0331; nº 0148700-46.2006.5.04.0332; nº 0014900-44.1991.5.04.0332

b) atualize os registros (processos nº 0000332-59.2010.5.04.0331, nº 0001436-80.2010.5.04.0333, nº 0080800-17.2004.5.04.0332).

### **ITEM 8.3 (Exame dos Pressupostos Recursais)**

Determina-se pronunciamento expresso sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

### **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes ao Foro de São Leopoldo. Com esse propósito, compareceram a Presidente da Seccional da OAB local, Márcia Schwants, e o Secretário Geral Adjunto, René Engroff. Os representantes louvaram o bom funcionamento de todas as Varas do Foro Trabalhista de São Leopoldo, assim como elogiaram o bom relacionamento entre os magistrados e os advogados da localidade, o que contribui para fluidez e bom andamento da atividade junto às Unidades Judiciárias. A Corregedora ponderou acerca da necessidade de melhoria nas instalações físicas, que hoje padecem em razão da ausência de espaço para que todas as Unidades funcionem em um único endereço. Esclareceu, contudo, que o projeto de construção do novo prédio já está em andamento, pendendo apenas da resolução de aspectos legais referentes ao registro imobiliário do terreno destinado para esse fim.

### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

### **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Jarbas Marcelo Reinicke, pelo Juiz Substituto Sérgio Giacomini, pela Diretora de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Carmem Lígia Machado da Silva e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**